

ESPACOSOCIALISTA

Ano XI - Nº 49 Abril de 2012
Contribuição: R\$ 1,00

Publicação Revolucionária Marxista de Debates



Unir os explorados em um movimento para além do capital

DEMOCRACIA BURGUESA OU
AUTORITARISMO? UM FALSO
DILEMA
pág. 4

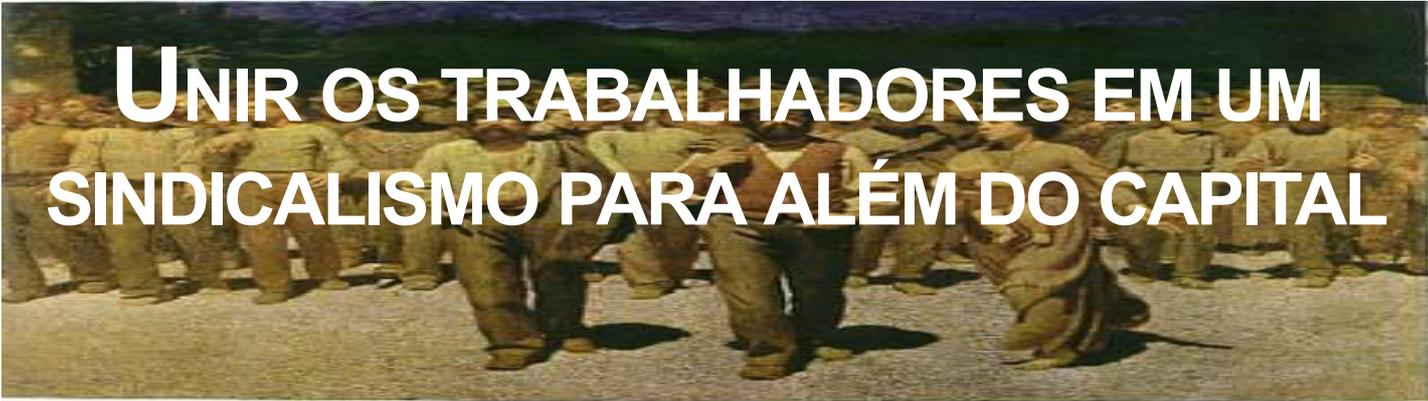
A LUTA DE CLASSES NA
DISPUTA PELO ESPAÇO
URBANO EM SÃO PAULO
pág. 6

UNIR PROFESSORES E DEMAIS
TRABALHADORES NAS LUTAS
GERAIS E DO CIDIANO
pág. 7

COMENTÁRIO SOBRE O FILME
VIOLETA FOI PARA O CÉU
pág. 9

A HOSTILIDADE IMPERIALISTA
SOBRE O IRÃ
pág. 10

A CRISE SOCIETAL E A LUTA
POR UMA SOCIEDADE
SOCIALISTA
pág. 11



UNIR OS TRABALHADORES EM UM SINDICALISMO PARA ALÉM DO CAPITAL

No início do ano, o governo efetuou um corte no Orçamento Federal de 55 bilhões. Só na Saúde, a redução foi de R\$ 5,47 bilhões e na Educação R\$ 1,938 bilhões!

Esse corte visava a sobra de mais dinheiro para o pagamento dos juros anuais aos agiotas da Dívida Pública que, só em 2011, foi de R\$ 708 bilhões (45% dos recursos do orçamento) contando juros e amortizações. (www.divida-auditoriacidada.org.br)

Agora, o governo lança mais um pacote de benefícios para o empresariado da indústria, com um valor oficialmente previsto de R\$ 60,4 bilhões. Desse pacote, R\$ 3,1 bilhões serão para desonerações sobre a folha de pagamento, eliminando a contribuição dos patrões para a previdência, que é de 20%. Essa cobrança será substituída por uma taxa sobre o faturamento da empresa, em torno de 1% a 1,5%.

Além do empresariado pagar muito menos, *só pagará sobre o que vender*.

Quem perde são os trabalhadores, pois a menor arrecadação do INSS piora o atendimento do SUS e aumenta a pressão pela Reforma da Previdência (aumento da idade para se aposentar). Essa política avança no sentido de que a Previdência pública vá reduzindo o valor das pensões e benefícios, e que os trabalhadores tenham que aumentar sua contribuição, através de planos de complementação como o FUNPREV, preparando o caminho para a entrega completa da Previdência aos fundos privados de pensão.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) entra com parte fundamental desse pacote, pois vai destinar ao empresariado R\$ 45 bilhões na forma de empréstimos, com taxas de juro

baixíssimas e prazos de pagamento que aumentam para 15 anos. Haverá ainda obras de infraestrutura de interesse das empresas, mas bancadas exclusivamente pelo estado.

Somando o pagamento previsto em juros da Dívida para 2012 (aproximadamente R\$ 700 bi) mais esse pacote para a indústria (R\$ 60,4 bi), atinge-se o montante de R\$ 760,4 bilhões (!) que serão destinados *diretamente* para os empresários neste ano. Isso sem contar as concessões dos aeroportos, as obras do PAC e dos megaeventos esportivos...

Cada vez mais, o Estado se coloca como garantidor do capital ao deslocar para o setor empresarial os impostos e a riqueza produzida pelos trabalhadores – que deveriam retornar sob forma de serviços públicos de qualidade.

O governo e a grande mídia em seu discurso defendem o direcionamento do dinheiro público para o empresariado como única forma de garantir a estabilidade, o crescimento econômico e os empregos. A lucratividade máxima do capital é colocada como condição prévia desta relação causa-efeito, mesmo que na prática ocorra o contrário: a maior lucratividade da patronal significa apenas mais exploração direta dos trabalhadores e precarização dos serviços públicos.

O nível de adaptação do PT e da CUT à lógica do capital é total. Sua inserção no sistema através de altos cargos nos estados, nas estatais, na gerência de fundos de pensão, nos órgãos empresariais e na direção de grandes sindicatos faz com que assumam e defendam os negócios e interesses do empresariado como um todo, ao mesmo tempo em que atuam como camisa de força dos movimentos,

utilizando os mesmos recursos da burguesia como endurecimento frente às greves, ou mesmo a repressão militar direta.

PROBLEMAS SE ACUMULAM E COMEÇAM A APARECER

As coisas voltam a se complicar com o agravamento das condições de vida, seja pela inflação dos produtos de primeira necessidade, pela precarização dos contratos, pelo aumento dos ritmos de trabalho, pela degradação dos serviços públicos como Educação e Saúde, etc. As lutas são consequências diretas desse novo momento. As greves nas obras do PAC, as greves de professores, as ocupações nas cidades e no campo, os conflitos diários nos locais de trabalho, expressam a resistência dos trabalhadores aos profundos ataques em curso.

Não estamos mais diante de meros ataques conjunturais, mas de uma necessidade permanente e crescente do sistema de extrair quantidades cada vez maiores de mais-valia (trabalho não pago) dos trabalhadores e direcioná-las para o lucro do capital. O modelo econômico está totalmente voltado para garantir as condições mais favoráveis para o capital que aqui opera, fugindo da crise que se aprofunda nos países centrais.

Para permitir o escoamento a preços lucrativos das mercadorias produzidas, presenciamos o incentivo ao endividamento crônico dos trabalhadores e da classe média. A dificuldade crescente de esses setores rolarem seus empréstimos se reflete no aumento da inadimplência.

Uma política que fosse à raiz dos problemas teria de começar justamente invertendo a lógica: não reconhecendo e parando de pagar as Dívidas Externa

e Interna – pois na prática já foram pagas, tendo se tornado apenas mecanismos de transferência de riqueza para os agiotas do mercado financeiro –; proibindo a remessa de lucros; reduzindo a jornada de trabalho sem redução dos salários; garantindo o salário mínimo do DIEESE para todas as categorias; realizando uma profunda Reforma Agrária e estatização do agronegócio sob controle dos trabalhadores; enfim, medidas de ruptura com a lógica do lucro. As empresas que ameaçassem fechar ou se transferir deveriam ser estatizadas sob controle dos trabalhadores. O controle da produção e da vida política no país se daria através de uma democracia do trabalhadores e de suas organizações de luta.

Obviamente essas medidas estão totalmente fora de cogitação pelo governo do PT,

pois levariam à ruptura do sistema do capital no país. Isso é algo que o PT e a CUT não podem nem ouvir falar, pois questionaria seus próprios privilégios e ganhos oriundos da sua posição de gerentes do sistema.

É PRECISO TRAVAR O COMBATE POLÍTICO E PROGRAMÁTICO JUNTO AOS TRABALHADORES

Diante desse quadro, o que está em jogo é a capacidade dos setores de esquerda e de vanguarda de impulsionar junto com os trabalhadores um duro combate prático-político-ideológico ao projeto capitalista que é aplicado no Brasil.

Ampliam-se as condições para uma campanha de lutas e de denúncia profunda dos fundamentos que atualmente sustentam o – cada vez mais problemático – crescimento econômico brasileiro, no sentido de explicarmos aos trabalhadores que esse modelo de organização econômica não reserva boas condições e perspectivas para a ampla maioria da população, e ao contrário, estamos rumando para uma grande crise a estourar-se num prazo não muito longo.

É preciso que essa contraposição avance juntamente com a construção de um projeto alternativo dos trabalhadores.

OS LIMITES DA ESQUERDA

A realidade de endurecimento do

sistema econômico, político e em nível de repressão tem tornado mais evidentes os limites da intervenção das principais organizações da esquerda, como o PSTU – que dirige a CSP-Conlutas – e o PSOL – que dirige a Intersindical.

A inércia e falta de iniciativa desses setores têm chamado a atenção, pois não há um trabalho sistemático na base das categorias de denúncia e enfrentamento *ao projeto global aplicado no país*. Isso poderia ser feito através de panfletos,

“A inércia e falta de iniciativa desses setores [PSTU e PSOL] têm chamado a atenção, pois não há um trabalho sistemático na base das categorias de denúncia e enfrentamento ao projeto global aplicado no país”

carro de som, out-doors, matérias na internet, etc no sentido de se contrapor ao projeto do capital e defender um programa dos trabalhadores para o país.

A intervenção dessas direções nas lutas segue limitada ao economicismo, à dinâmica corporativa de cada categoria e às campanhas salariais. Não há um esforço para que os trabalhadores e a vanguarda das lutas vão além do imediato e comecem a desenvolver uma consciência minimamente anticapitalista e socialista.

Não são feitas campanhas junto à classe trabalhadora explorando temas mais políticos, como a questão da corrupção ou do Código Florestal.

Permanece a concepção acomodada de que a luta política e ideológica é tarefa dos partidos, e que aos sindicatos cabe apenas a luta econômica e específica.

Mas essa concepção está ultrapassada pela nova realidade de crise estrutural do capital, em que o sistema não apenas se nega a fazer concessões aos trabalhadores, mas inclusive avança sobre as mínimas conquistas obtidas nas décadas passadas. Essa crise maior, e que começa a se refletir mais visivelmente no Brasil, tende a permanecer e até se agravar, por mais que haja recuperações momentâneas.

Nessa nova situação, o papel das organizações políticas em sua atuação no interior dos sindicatos e organizações

estudantis – principalmente quando está em sua direção – deve ser justamente o de ajudar os trabalhadores a avançar de sua consciência de luta para a compreensão de que as lutas imediatas são insuficientes e que o sistema como um todo deve ser subvertido. Infelizmente essa necessidade tem passado longe das preocupações dessas organizações.

ACOMODAÇÃO LEVA A FICAR ATRÁS (OU CONTRA) OS MOVIMENTOS REAIS DE LUTA

A maior fragmentação nas categorias e no interior das universidades, combinada aos duros ataques dos governos e patrões, têm levado ao surgimento de vanguardas amplas se colocando em luta, que mesmo às vezes não contando com a participação

das massas no mesmo nível, contam com sua simpatia e respaldo para ações mais radicalizadas, ainda que com limitações.

Essas vanguardas amplas surgem com o sentimento de que é preciso fazer algo mais do que o previsto no *script* das organizações PSTU e PSOL, que recorrem a elaborações esquemáticas de que só se pode lutar quando há participação direta das massas. Segundo essa visão, quando não há disposição de luta direta das massas, não resta muita coisa a fazer senão esperar e seguir no fraseado de esquerda, mas sem nenhuma ação concreta.

Assim, esse importante despertar das lutas e de setores amplos de ativistas não tem recebido o devido apoio dessas organizações que, em sua acomodação a um *modus operandi* rotineiro e ineficaz, têm ficado à direita de movimentos importantes.

Foi o caso da ocupação da USP, em que tanto o PSTU como o PSOL acabaram se confrontando com setores amplos de ativistas em assembleias com mais de 1000 estudantes, se recusando a apoiar a ocupação, mesmo após se tornar um fato que polarizou a conjuntura nacional. Isso os levou a ficar isolados desse importante movimento pela retirada da polícia da USP, que se apoiou e ao mesmo tempo mobilizou várias assembleias de cursos, a greve da universidade no final do ano e ocupações por espaços de moradia.

Durante a ocupação, a CSP-Conlutas ficou à margem, não movendo nenhum: campanha de solidariedade mesmo que de forma crítica

Na luta do Pinheirinho em São José, a política do PSTU semeou ilusões tanto na Justiça quanto no governo Dilma. Proclamou como vitória uma decisão extremamente momentânea e

parcial da Justiça Federal, quando na verdade já se organizava a desocupação. Isso deixou os trabalhadores e ativistas despreparados para o que aconteceria logo no dia seguinte.

Em São Paulo, na greve nacional de professores que houve nos dias 14,15,16 de março, diante do quadro de paralisação minoritária nas escolas e da dificuldade de mover seus setores próximos, o PSTU levou a política de parar apenas no último dia da greve, deixando de aproveitar a energia de vários ativistas que paravam desde o primeiro dia e estavam dispostos a se somar e realizar todo um trabalho de denúncia e mobilização contra as péssimas condições da Educação Pública. Em São Bernardo, no ABC, representantes conhecidos dessa organização defenderam abertamente na reunião de RE's (representantes de escola) a proposta de que os professores parassem apenas no último dia da greve. Isso levou a que essa regional que sempre foi de vanguarda ficasse praticamente à margem dessa

“Podemos qualificar esse tipo de intervenção da direção da CSP-CONLUTAS como absolutamente insuficiente para enfrentar os novos desafios que estão se colocando desde já e que devem se intensificar a partir do próximo semestre...”

importante mobilização nacional.

POR UM NOVO RUMO NA CSP-CONLUTAS!

Podemos qualificar esse tipo de intervenção da direção da CSP-CONLUTAS como absolutamente insuficiente para enfrentar os novos desafios que estão se colocando desde já e que devem se intensificar a partir do próximo semestre, quando se trata de medir forças diretamente com o núcleo duro do empresariado que atua no Brasil, nas lutas de grandes batalhões da classe como bancários, petroleiros, metalúrgicos, etc. É preciso mudar o rumo na CSP-CONLUTAS!

É preciso a unificação pela base dos vários movimentos e categorias que possam se colocar em luta para conseguir golpear como um único movimento. A unificação dos calendários de luta e das ações, no sentido da construção de uma pauta maior do que as pautas específicas, deve estar no centro das tarefas, juntamente a todo um trabalho de denúncia e de

apresentação de um projeto a partir dos interesses dos trabalhadores.

Para isso, é preciso a busca da unidade pela base de todos os setores que se coloquem *concretamente em luta*, e não a unidade apenas no discurso em atos/fóruns superestruturais junto com setores governistas como a CUT, CTB e Força Sindical.

A prática de unidade superestrutural com esses setores governistas, sem correspondência com nenhum processo de lutas real, levada a cabo pela direção majoritária da CSP-CONLUTAS (PSTU), tem sido danosa ao dificultar a construção junto aos trabalhadores de um pólo alternativo a essas centrais pelegas.

A montagem de chapas com setores governistas para eleições em sindicatos, como em Correios, bancários e judiciários tem sido outra grave política que não serve para construir um sindicalismo alternativo e de luta e antigovernista. Defendemos que se formem chapas para eleições em sindicatos e demais entidades apenas com setores de luta e antigovernistas.

Precisamos avançar durante o Congresso da CSP-CONLUTAS e para além dele em um Bloco que lute pela mudança no rumo político desta importante entidade, para que possa fazer frente aos novos desafios que estão se colocando de forma cada vez mais contundente.

DEMOCRACIA BURGUESA OU AUTORITARISMO? UM FALSO DILEMA

THIAGO CALHEIROS

Presencia-se hoje no Brasil, ao contrário de muitos países europeus, um certo entusiasmo de um país que “vai pra frente”, uma euforia de que a classe “C” cresce, que todos consomem, que todos votam; que finalmente temos uma democracia estável e uma cidadania crescente. O processo só não se completou ainda porque a seleção brasileira de futebol não é mais a de “70”, mas que, a depender do PAC, será

hexacampeã do mundo, com Neymar eleito o melhor do planeta; afinal, “é só uma questão de tempo”, dirá o espírito brasileiro.

Contudo, vivemos também uma crônica ofensa aos parcos avanços possibilitados pelo capitalismo brasileiro. Para ficarmos somente com um exemplo, para não nos estender muito no tempo (o que seria perfeitamente possível), podemos destacar a atuação

do Estado brasileiro (tanto no que diz respeito à União quanto no que diz respeito ao Estado de São Paulo) no caso Pinheirinho: desde então, as informações que aos poucos vão sendo reveladas poderiam mesmo configurar um quase perfeito Estado de Exceção.

Mas, então, estamos diante de um Estado de Exceção? Não. Não se trata disso. Trata-se da Democracia brasileira. Estamos tratando de um país que diz

para si e para o mundo que está passando por um dos melhores períodos da História. Um país que entoa um mantra da consolidação da democracia no Brasil.

Perguntemos, agora: está errada a afirmação de uma democracia consolidada? O mantra seria uma farsa? É lamentável, mas a resposta é que a afirmação está correta mesmo: trata-se da democracia que o capitalismo em seu estágio atual pode fornecer. Se democracia consolidada é sinônimo da máxima democracia que a ordem burguesa pode apresentar, tudo está correto. Não há afirmação falsa. Estamos mesmo diante da Democracia burguesa.

O problema, entretanto, dessas afirmações é que elas trazem consigo uma significação que não tem; passam a imagem, primeiramente, de que o Brasil realiza a paz social possível e que, portanto, tratar-se-ia de realizar pequenos ajustes no trem que deslancha. Nesse sentido, todos os processos de violência social realizados inclusive pelo Estado seriam desvios ou excessos que não têm relação com esse tal progresso brasileiro.

Neste sentido, todo esse ideário traz consigo a idéia de que um processo de paz e desenvolvimentos sociais são opostos a ofensas de direitos e garantias fundamentais, à violência e à arbitrariedade estatais. Entretanto, não é disso que se trata. Estamos nos referindo à dita democracia atual, a forma assumida pelo estado capitalista à época de uma crise profunda do capitalismo.

Ou seja: estamos dizendo que esse tal progresso brasileiro está estritamente ligado às ofensas e arbitrariedades contra direitos e garantias fundamentais.

Apresentemos, então, alguns traços necessários à compreensão de tal fenômeno.

Primeiramente devemos lembrar que a existência de um Estado capitalista, seja ele democrático ou não, pressupõe a existência de uma violência que tende a ser monopolizada pelo Estado. O que, por sua vez, pressupõe um certo consentimento por parte da sociedade quanto a esse monopólio por parte do Estado. Estamos, pois, frente a dois requisitos essenciais da reprodução das classes sociais no capitalismo: a violência e a ideologia dominante.

A segunda noção para a qual devemos atentar é: toda garantia democrática individual é profundamente dependente do próprio Estado. Assim, no capitalismo, não há limites individuais nos quais o Estado não possa penetrar. Ao contrário do que muitos pensam a ampliação ou diminuição dos direitos e garantias fundamentais é o processo que o Estado percorre delineando o que é público ou privado e o que é ordeiro ou subversivo.

De posse dessas noções, podemos mesmo ver que não há contraposição alguma entre violência e avanços da democracia burguesa, bem como não há oposição alguma entre um Estado de Exceção totalitário e capitalismo. Ambas falsas contraposições pressupõem uma violência estatal que se

amplia ou se reduz conforme seu momento histórico específico.

Agora podemos retornar especificamente à atual democracia brasileira.

Trata-se de uma forma de Estado que carrega em si mesma uma aparente contradição entre Democracia e Autoritarismo. Mas assim ela é não porque a sociedade brasileira padece de um mal de nascença, mas porque a mesma faz parte de uma fase do capitalismo mundial, uma fase caracterizada por uma crise crônica do capitalismo, desencadeada já desde meados da década de 70 do século XX.

Estamos falando de um Estado que age cada vez mais no seio da produção capitalista para permanentemente resgatar os capitais, sob a fachada de uma gestão técnica, isenta; que, se por um lado, vai socorrendo os capitais, por outro, vai degradando os direitos e garantias fundamentais principalmente dos explorados.

Essa Democracia, obviamente, só pode ser operacionalizada por uma extensão de um controle violento, legal ou não, em todas as direções da vida social, ao mesmo tempo, tudo regulamentando e para tudo criando formas de criminalizar condutas.

É esta a raiz social da crescente criminalização e repressão que vive a sociedade brasileira, o que em nada é um paradoxo para com a Democracia burguesa. Ao contrário disso, é o modo de afirmá-la no atual estágio do capitalismo.



N.E: A foto da esquerda é o registro da repressão policial ao movimento estudantil na década de 60 e a da direita aos estudantes da USP no ano de 2011. Na ditadura ou no regime democrático burguês a violência policial-estatal é elemento fundamental para a dominação do capital.

A LUTA DE CLASSES NA DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO EM SÃO PAULO

JOÃO PAULO

A disputa do espaço urbano na região metropolitana de São Paulo tem apresentado cada vez mais um caráter de confronto direto e de classe. O Estado assume seu caráter de classe e desvela sua função de instrumento de setores da burguesia que acumulam com a especulação imobiliária, direta e indiretamente.

Nos últimos meses, nos deparamos com dois fatos notórios e ilustrativos da face agressiva e com elementos fascistas do Estado brasileiro, em todas as suas esferas de poder. O primeiro e mais contundente foi a desocupação do Pinheirinho, que desabrigou famílias, privando-as de direitos fundamentais intrínsecos à dignidade da pessoa humana, lembrando de certo modo as cenas vividas pelos negros nos Estados Unidos quando do estouro da bolha imobiliária. O segundo é a desocupação da “Cracolândia”, no centro de São Paulo, reduto de usuários de entorpecentes, pessoas marginalizadas e vítimas extremas da desumanidade do sistema capitalista.

Esses dois fatos não estabelecem similitude apenas pela forma absurdamente hostil de ação da Polícia Militar do Estado de São Paulo e pelo impacto social que geraram devido a privação do direito de moradia. O Pinheirinho era uma ocupação de trabalhadores pobres que não tinham condição de adquirir apartamentos ou casas construídas pelas grandes construtoras e incorporadoras, que se utilizam de incentivos públicos para a instalação de unidades de baixa qualidade a altos preços e mediante elevadíssimas taxas de juros, a exemplo das empresas que perceberam no programa Minha Casa Minha Vida uma oportunidade de endividar trabalhadores e especular.

Essas pessoas do Pinheirinho não podem acessar esse programa sem comprometer suas próprias subsistências. Já os moradores da Cracolândia são pessoas ainda mais marginalizadas, cujas moradias são, na

maioria das vezes, buracos abertos nas construções, os quais mais parecem cavernas do que casas.

Esses fatos também se identificam pela caracterização por parte do Estado de que tais ocupações são ilegais, ofensivas ao direito de propriedade e desordenadas do ponto de vista da ocupação do espaço urbano.

Contudo, esse mesmo Estado que não reconhece o direito de moradia às famílias do Pinheirinho e dos ultramarginalizados da Cracolândia – sob a alegação de ilegalidade e de inconstitucionalidade e sob o discurso de ocupação irregular, desordenada do ponto de vista do urbanismo – altera sorrateiramente a Lei do Plano Diretor da Cidade de São Paulo para permitir, ou melhor, para banhar de falsa legalidade, a construção do Templo de Salomão da Igreja Universal do Reino de Deus, de propriedade do Bispo Edir Macedo, cujas dimensões remetem ao simbolismo das construções faraônicas, na região do Brás em São Paulo, e que causará impacto desastroso nas imediações já que a referida região não comporta a densidade demográfica que será gerada em razão do funcionamento do edifício, no qual se pretende abrigar

quantidade astronômica de fiéis nos cultos do famigerado bispo, muito acima da capacidade de escoamento comportada pelas vias que dão acesso ao local do templo em construção.

Na verdade, nas entrelinhas da alteração do Plano Diretor da Cidade de São Paulo está velado o acordo político entre o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e o bispo Edir Macedo, cujo objeto é o apoio do setor evangélico à estratégia e às aspirações políticas de Kassab.

No cerne da gestão Kassab, várias são as ações no sentido de beneficiar setores do mercado imobiliário especulativo, que vão desde a negligência quanto à construção de obras que atacam o Plano Diretor até alterações do mesmo Plano para “esquentar” obras irregulares de grandes construtoras.

Outro exemplo de beneficiamento de setores especulativos ligados à administração Kassab é a expulsão de vários ambulantes da chamada “Feirinha da Madrugada”, que migraram para as ruas do Pari e que são duramente reprimidos pela Polícia Militar paulista. Essa ação beneficia proprietários de imóveis comerciais e industriais,



principalmente nas ruas Tiers e Valtier, no Pari, que cobram altos valores de aluguéis para que os comerciantes possam exercer seu ofício, bem como alguns proprietários de estacionamentos cobram caro para que as empresas que fazem o transporte dos chamados “sacoleiros”, que fazem compras no mercado popular de São Paulo e revendem nas suas cidades, sobrevivendo assim, possam estacionar.

A própria questão da desocupação da Cracolândia é ligada ao projeto de especulação imobiliária na região do centro, fundamentada em discurso higienista de tornar o centro de São Paulo habitável para os padrões sociais da classe média paulista.

Em paralelo a esse projeto de viabilização jurídica e de desocupação, está colocada a tática de militarização da gestão municipal de São Paulo. A maior parte dos subprefeitos da cidade de São Paulo são militares da reserva da Polícia Militar. O objetivo dessa tática é facilitar a utilização do aparelho repressivo do Estado de São Paulo nas investidas de desocupação. Ressalta-se que não apenas as subprefeituras estão sob o comando de militares da reserva, mas outros postos importantes como gerência da

CET- Companhia de Engenharia de Tráfego, entre outros órgãos ligados ao controle do espaço urbano da Cidade de São Paulo.

O Estado, com seu caráter de classe, atua de forma coordenada em suas esferas de poder, ou seja, o Poder Judiciário desempenha função fundamental para permitir que os órgãos executivos, como as prefeituras e polícias militares, exerçam com eficiência e com falsa legitimidade as políticas de expulsão dos trabalhadores

“A própria questão da desocupação da Cracolândia é ligada ao projeto de especulação imobiliária na região do centro, fundamentada em discurso higienista de tornar o centro de São Paulo habitável para os padrões sociais da classe média paulista”

de espaços ocupados. Exemplo é o caso do Pinheirinho, resultado dessa ação coordenada. Esse fato demonstra o caráter de classe do Estado, vez que cabe ao Judiciário o julgamento do aspecto jurídico, para inclusive limitar a ação do executivo.

No estado de São Paulo e em particular na cidade de São Paulo, essa ação de apropriação do espaço por

setores da burguesia do setor imobiliário, viabilizada por políticas públicas, é a mais avançada, embora tenhamos exemplos por todo o país, como no caso dos atingidos por barragens, das desapropriações para construção de rodovias sem que os atingidos sejam realocados em condições adequadas – econômicas e sociais –, ou como o caso das desocupações sofridas pelos movimentos no campo.

Esse caráter de classe do Estado e em particular nessa questão imobiliária é catalisado pelo financiamento de campanha eleitoral por parte de grandes empresas da construção civil e também pela gestão mafiosa e extorsiva do espaço urbano, como o caso do fenômeno da “Feirinha do Brás” e bairro do Pari, cujo objetivo é viabilizar a corrupção e o “caixa dois” das campanhas.

Ora, tão evidente é esse caráter de classe do Estado, que o mesmo Estado que usa o argumento da legalidade para expulsar com violência militar várias famílias de suas próprias casas e “cavernas” (caso da Cracolândia), estupra o ordenamento jurídico para viabilizar acordo entre partidos e igrejas e para permitir construções que, sob o prisma do urbanismo, são catastróficas.

UNIR PROFESSORES E DEMAIS TRABALHADORES NAS LUTAS GERAIS E DO COTIDIANO

NÚCLEO PROFESSORES

As medidas jurídicas a partir da adoção de um conjunto de decretos, resoluções e novas leis estruturaram as redes de Ensino Público no Brasil, sobretudo, no estado de São Paulo. Enfatizamos São Paulo pelo fato de ser a matriz ou o modelo seguido por todo o Brasil.

Tais medidas têm repercutido nas escolas e nas dificuldades diárias do trabalho docente produzidas pela intensificação e precarização do trabalho, retirada de direitos e, conseqüentemente, altos índices de doenças do trabalho. Tudo isso gera conflitos diários que se agravam com o “assédio moral” e

o “autoritarismo”, sofridos pelos professores.

É evidente que se manifestam de modo desigual, pois a profissão de professores apresenta várias classificações na rede pública de ensino como efetivos, estáveis, contratados F e O. Todos com salários diferentes, embora sofrendo os mesmos problemas, após a perda da isonomia salarial. E as escolas também estão estratificadas por receberem ou não investimentos e estes serem diferenciados a critério do governo. Isto é, as que mais estão visíveis ou nos centros são privilegiadas em relação as

de periferia.

Os professores têm reagido a esse projeto educacional brasileiro aplicado profundamente pelo estado de São Paulo e bastante perverso para o magistério e demais trabalhadores. Em 2011 ocorreram várias greves em vários estados. E São Paulo, em 2010, abriu esse processo com 33 dias de greve.

OS SINDICATOS DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Primeiro, a maioria dos Sindicatos de Trabalhadores da Educação Pública são dirigidos por correntes ligadas ao governo federal – Articulação Sindical

e CTB – e não questionam o projeto educacional nacional, ou seja, atuam nos estados e municípios até certo limite para não se confrontarem com a política educacional do governo Dilma. Governos estaduais e municipais aplicam, em comum acordo, aquilo que o governo federal também defende para a Educação Pública.

Em segundo lugar, essas direções governistas têm uma atuação conservadora e burocratizada, buscam restringir a luta contra os problemas educacionais à categoria de professores, pois assim fazem com que a escola atenda a demanda da ordem capitalista em vigor sem que os demais trabalhadores participem ou questionem. Defendem uma Educação que forme e seja gerida não mais por educadores e sim por técnicos, administradores de empresas e economistas que defendem os interesses do mercado e não dos seres humanos.

A LUTA DOS PROFESSORES É A LUTA DE TODOS OS TRABALHADORES!

Precisamos que os problemas das escolas públicas sejam compreendidos por todos para lutarmos em conjunto com os pais e alunos. A luta por Educação Pública, com qualidade e que atenda os interesses dos trabalhadores, não pode ser uma luta somente dos professores.

Os problemas enfrentados pelos professores das escolas públicas estão vinculados também ao descaso e a falta de investimentos nos serviços públicos. Nesse sentido, não só os professores são afetados, mas também os demais trabalhadores e seus filhos.

Dessa forma, todos os sindicatos do funcionalismo público deveriam defender boa qualidade nos serviços públicos, com boas condições de trabalho para o servidor e que cada

categoria pudesse apoiar a luta de cada trabalhador com solidariedade em greves, paralisações e reivindicações.

A CSP-CONLUTAS E A OPOSIÇÃO PRECISAM FAZER A DIFERENÇA!

Os Sindicatos dirigidos pelas maiores correntes de oposição precisam priorizar a atuação conjunta da classe trabalhadora. A Educação Pública com qualidade deve ser defendida na prática pelos sindicatos dos trabalhadores da saúde, do judiciário, Correios, dos metalúrgicos, etc. assim como as correntes de oposição em professores devem buscar efetivamente a solidariedade entre os professores às lutas dessas e outras categorias.

A realidade nos possibilita ter uma prática diferenciada das direções governistas. Essa diferenciação tem sido de pouca expressão pelas correntes de oposição e pela própria CSP-Conlutas. Foi assim nas greves de professores que se alastraram no Brasil em 2011. Essas lutas foram tratadas de modo fragmentado e sem a preocupação de unificá-las, sabedores de que a CNTE não faria. As dificuldades e sofrimentos de professores e alunos, diante desse projeto educacional que necessita de decretos, resoluções e novas leis a cada dia para prejudicar os trabalhadores, são únicos no Brasil.

A direção da CSP-CONLUTAS deveria ter chamado um Encontro Nacional de Educadores para tentar apontar um rumo unitário para essas lutas ou no mínimo um Seminário Nacional para discutir a Política Educacional implantada no Brasil que é única com uma ou outra alteração na implementação pelos estados e pelo governo federal.

As Assembleias de Professores são

fóruns privilegiados que nos possibilitam a defesa de propostas que diferenciam nossos objetivos do projeto dos governos e permitem que os professores, principalmente os que estão chegando, percebam que fazemos oposição e que lutamos por um outro tipo de escola. Cada corrente que constrói a CSP-Conlutas, especialmente as majoritárias, têm que ter o compromisso de não vacilar nesses momentos e não cair nas armadilhas das direções governistas comprometidas em evitar as lutas.

POR UM SINDICALISMO INOVADOR E QUE UNIFIQUE OS TRABALHADORES!

A atual prática sindical no Brasil precisa de urgentes mudanças. Os desafios atuais são maiores e nos colocam a necessidade de unidade das categorias de trabalhadores na luta e na solidariedade de classe.

Quem utiliza o serviço público é o trabalhador. Qualidade nesses serviços é fundamental para uma vida menos dura. Todos devemos defender, na prática, bons serviços públicos na Educação, Saúde, Moradia, Transporte Coletivo, dentre outros. A luta corporativa está cada vez mais fadada a derrotas.

O sindicalismo que está ao lado dos governos jamais lutará, na prática, para a redução do valor das passagens, por mais ônibus com menos passageiros, por salas de aula com menos alunos, a favor das ocupações, por mais postos públicos de saúde, etc. Estará em constante estado de omissão quanto a aplicação de decretos, resoluções e novas leis. E continuará esperando que os Tribunais de Justiça julguem com o mais intenso rigor da lei todos os casos que saírem do controle.

Estabelecer essa relação entre a necessidade cotidianas dos trabalhadores e as lutas deve ser o papel da CSP-Conlutas e de todas as correntes que a compõe.

É necessária uma prática sindical que não reproduza os vícios, que combata o conformismo e que unifique as categorias de trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Nesse sentido, nossa luta deve assumir um caráter emancipatório e fraternal entre os trabalhadores! Que a Educação Pública com qualidade seja um bem comum defendido por todos e para todos os trabalhadores!



UM COMENTÁRIO SOBRE O FILME

VIOLETA FOI PARA O CÉU?

IRACI LACERDA



O que dizer de **Violeta Parra** no momento em que o filme *Violeta foi para o céu* – baseado em livro homônimo, de autoria de seu filho, dirigido por Andrés Wood, financiado por uma companhia de mineração estrangeira e editado por uma empresa transnacional – é lançado no Chile em um contexto de greve geral e duros protestos realizados por estudantes em 2011? Dizer o que é dito no filme ou negar o que é negado no filme?

Violeta Del Carmen Parra Sandoval, uma das fundadoras da música popular chilena, pesquisadora, compositora, poeta, pintora e cantora merece também o reconhecimento militante.

Ao definir o papel do artista na sociedade – “a obrigação de cada artista é colocar o seu poder criador a serviço dos homens. Já é arcaico cantar aos riosinhos e às florzinhas. Hoje a vida é mais dura e o sofrimento do povo não pode ser ignorado pelo artista” – sentia profundamente o quão a divisão social precisa negar, isolar e ignorar as necessidades do povo, especialmente, do camponês pobre para impor um modo de produção e de vida que não valorizam as potencialidades humanas e, conseqüentemente, questionam a existência da arte para substituí-la ou eliminá-la.

Violeta Parra lutou contra isso. Mostrou o trabalho e a luta do povo através de diversas formas de arte. Denunciou as injustiças sociais e contribuiu para as lutas contra a ditadura militar em seu canto. Defendeu os ideais comunistas em suas palavras. Reivindicou a unidade da América Latina contra o imperialismo em sua poesia. Reconheceu a importância do trabalho humano em meio ao avanço tecnológico em suas pinturas. Apoiou as lutas dos trabalhadores e de seus filhos com a sua presença em manifestações e musicais de solidariedade. E dizia: “Eu não protesto por mim, porque sou muito pouca coisa, denuncio porque para a sepultura vai o sofrimento do mendigo”.

Ao trazermos de volta várias canções – como *Al centro da injusticia, El pueblo* (poema, de Pablo Neruda, musicado), *La denuncia, Los pueblos americanos, Porqué los pobres no tienen, La carta, Hasta cuando, Hace falta un guerrillero,*

Me gustan los estudiantes – e tantas outras criações de Violeta Parra podemos entender o porquê nos estádios, para onde eram levados os presos militantes ou perseguidos políticos pelo governo ditatorial de Pinochet, insistiam em cantar seus versos e o porquê em vários países da América Latina o movimento da Nova Canção influenciava tantos músicos em realidades tão opressoras.

Viajou por vários países para conhecer a cultura de outros povos. Conheceu a terra dos trabalhadores que fizeram a revolução no ano de seu nascimento, 1917. E sonhou com a construção do Museu do Folclore do Chile. Era a certeza de que a riqueza artística do camponês chileno, sua cultura e sua luta não seriam usurpadas. Não queria mais que os registros fossem de “riosinhos e florzinhas”, como assim se desenvolve a arte burguesa. Buscava registrar e exaltar a vida real do trabalhador que tem como centro da injustiça a exploração e, muitas vezes, não se apercebe. Como expresso nos versos: “o mineiro produz um bom dinheiro, mas para o bolso do estrangeiro, indústria exuberante onde trabalham por algum dinheiro muitas senhoras”.

Até mesmo nessa rápida menção a sua produção artística, que não considera somente *Gracias a la vida* ou *Volver a los diecisiete*, é possível observar como o cinema pode ser utilizável e capaz de lançar um filme, em um determinado momento, que omite o mais puro sentimento de consciência de classe. Violeta Parra foi filha de trabalhadores camponeses, exerceu o magistério por um curto tempo e decidiu sobreviver dos míseros dividendos conquistados por músicos iniciantes.

Viveu amores conturbadores. Foi mãe “desnaturada”. Foi mulher a frente do seu tempo. Foi intensa como todas as que lutam contra a própria realidade e sofreu por isso. Poderia até ter morrido por amor, mas para Violeta esse seu sentimento não poderia ser compartilhado apenas com um ente ou um ser poderoso capaz de fazê-la negar todas as suas demais dimensões e a própria responsabilidade de distribuí-lo e vivê-lo na terra e não no céu. E

estabelecendo uma relação com os versos de hoje “as mulheres boas vão para o céu... e a más vão para aonde querem e para a luta” podemos identificar claramente a escolha de Violeta, diferente do título do filme.

Essa pasteurização da vida e obra de Violeta Parra confirma o que representa a arte sob o sistema capitalista. E parodiando *Y arriba quemando el sol* em que diz “não importam as péssimas condições de trabalho, desde que o lucro esteja garantido” podemos concluir que, para o capital, não importa se se perder a noção do valor da vida humana e da vida do artista é necessário utilizar a sua obra para manter, sob qualquer condição, a lucratividade ao mesmo tempo em que contribui com a passividade.

Violeta Parra jamais estaria ao lado de mineradoras ou transnacionais, especialmente quando das manifestações de estudantes e trabalhadores. Sobreviveria de sua arte com a contribuição direta desses que realmente produzem a riqueza do Chile e da humanidade, pois teria a certeza de que a sua história seria exaltada no momento da luta e a favor dos que lutam contra tudo aquilo que também lutou.

Não se pode negar a extraordinária sensibilidade militante de Violeta Parra, própria de homens e mulheres que vislumbram uma sociedade sem exploração, que lutam por direitos básicos, que se indignam diante da dureza da vida cheia de privações, sem prazeres, de desejos sufocados, de felicidade limitada, de carências múltiplas, de relações doentias, de cansaço esgotante que distancia e busca construir seres humanos sem ânimo para o viver, para o lutar e que possam desenvolver a consciência de apoio àqueles que exploram. Sensibilidade que contribui para fortalecer a luta contra tudo isso e que nos faz nos autorreconhecermos em momentos de calma ou de levantes e protestos indignados. A luta permanecerá! Lutadoras e lutadores resistirão, inclusive em nossa memória!

HOSTILIDADE IMPERIALISTA SOBRE O IRÃ

PEDRO GUERRA

Com preocupação, o mundo assiste à escalada de hostilidades contra o Irã, a qual pode chegar às vias de um enfrentamento bélico aberto. Membro do “eixo do mal”, na infeliz terminologia de George W. Bush, o país persa é importante exportador de petróleo e possui localização estratégica no Oriente Médio, compondo importante peça no xadrez geopolítico mundial. A justificativa é o cansativo argumento do desenvolvimento de armas de destruição em massa. “Cansativo”, pois já se ouviu o mesmo discurso anteriormente, no episódio iraquiano, sem que se provasse a existência de qualquer programa militar.

Sendo assim, como se pode pensar os episódios em torno do Irã? No contexto da atual crise do capitalismo, financeira em sua forma, mas estrutural em suas causas e consequências, verifica-se a ofensiva, por meio da expansão, do modelo político-econômico tipicamente ocidental (leia-se, típico dos Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Alemanha, Japão, etc). É uma maneira de se compreender a dita Primavera Árabe: a substituição de antigos regimes políticos, em sua maioria hostis ao Ocidente, por novos, mais afeitos e dóceis aos interesses imperialistas. Obviamente, tal virada não significa a opção pela alternativa socialista. No Irã, trata-se da mesma lógica perversa que se deu no Iraque, Afeganistão e Líbia: a constituição de um governo títere, submisso ao imperialismo.

Pacífico ou não, o programa nuclear iraniano possui sua legitimidade. Grande exportadora de petróleo e ciente da finitude de tal recurso, a economia iraniana buscará se diversificar em breve. Surge, assim, a demanda por recursos energéticos. País desértico, portanto, impossibilitadas as hidrelétricas;

diante da insuficiência tecnológica da energia solar; e, tendo em vista a irracionalidade que seria abastecer seu parque industrial com derivados do seu petróleo, só resta ao Irã desenvolver usinas nucleares.

Entretanto, diante da possibilidade de perder sua hegemonia militar na região, pelas vias israelenses, o Ocidente fará de tudo, inclusive uma irresponsável aventura militar. Aventura irresponsável, sim, no sentido de que o Irã não possui sucateadas forças armadas como eram as iraquianas ao tempo da invasão final em 2003. Pelo contrário: dotado de equipamentos militares chineses e russos, o país conta com boa infraestrutura bélica, inclusive em suas forças aéreas e navais. Ainda, há outro agravante contra o Ocidente. Provavelmente partindo de Israel, o mais importante aliado militar dos EUA na região, o ataque ocidental precisaria de dezenas, senão centenas, de investidas com aeronaves, haja vista a grande distância física e a vastidão do território persa. Seriam necessários reabastecimentos no ar e a utilização de bombas muito sofisticadas - e caríssimas - de profunda penetração no solo (muitas das instalações nucleares, com seus centros de pesquisa, encontram-se abaixo do solo). Com a insuficiência dos primeiros ataques, haveria tempo para uma duríssima retaliação iraniana sobre o pequeno país. Os recursos militares iranianos são muito maiores, de forma que as reposições, inclusive a renovação dos efetivos, seriam ágeis. Ainda, o território israelense, muito menor, é um alvo mais fácil. Considerando-se a bastante plausível hipótese de apoio estadunidense, a sorte israelense não seria melhor. O custo de tal intervenção pesaria ainda mais para o já comprometido orçamento

iranque, bastante endividado com os gastos militares no Iraque e Afeganistão. Assim, o apoio dos Estados Unidos da América não seria decisivo. Países europeus, talvez pelas mãos da OTAN, acabariam partindo em apoio, agravando ainda mais as finanças de uma Europa em apuros econômicos. Por fim, o mundo árabe não ficaria indiferente. Especialmente entre os povos xiitas (a maioria iraniana), o já enorme repúdio ao Ocidente só se inflamaria ainda mais. Fica armado o palco de um conflito de proporções mundiais.

Quais as alternativas e caminhos possíveis para as classes trabalhadoras dos países envolvidos? Eventual conflito é expressão do imperialismo. De um lado, potências capitalistas, à frente com Estados Unidos e seus aliados israelenses, dispostas à violência aberta contra um país insurrecto. Do outro lado, um Estado com grande apoio de sua burguesia nacional interessada em desenvolver pelas próprias pernas seu modelo capitalista. Entre os dois, as classes trabalhadoras de diferentes povos. Estas todas tendo em comum a exploração econômica de que são vítimas e sua utilização como efetivos militares no caso do conflito.

Mesmo oprimidas, silenciadas por ditaduras (escancaradas como a iraniana ou cínicas como as suspeitas democracias ocidentais), é uma tarefa que se roga ao proletariado daqueles países: organizado, recusar-se ao serviço militar, fraudando a guerra e denunciando a natureza burguesa do conflito. E, ainda, na melhor das hipóteses, aproveitar uma rara oportunidade tática: diante da fragilidade de seus governos, envolvidos no conflito, promover a insurreição, derrubando seus governos, oferecendo aos seus povos a alternativa socialista.

A CRISE SOCIETAL E A LUTA POR UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

As crises econômicas não são “acidentes de percurso” na história do capitalismo, são parte integrante do seu funcionamento e do seu desenvolvimento na história. Não há capitalismo sem crises. As crises acontecem quando uma fração do capital, um certo conjunto de empresas ou um país não consegue operar dentro da taxa de lucro que é exigida para se manter vivo na concorrência. Essas empresas fecham, seus trabalhadores são demitidos, suas máquinas param de funcionar e uma quantidade imensa de forças produtivas são desperdiçadas. Marx chamava isso de “destruição de capital”. As empresas que fecham são adquiridas por empresas maiores, num processo de centralização e concentração do capital, em que apenas as frações mais fortes sobrevivem. O mundo se torna cada vez mais a propriedade de um conjunto reduzido de grandes corporações.

Com isso, consegue-se “sanear” o capital das frações mais fracas e o sistema consegue iniciar um novo ciclo de crescimento, baseando-se também em novos ramos de negócios, expansão para outros países, etc. O custo disso é o sofrimento de milhões de trabalhadores que ficam pelo caminho e são jogados na miséria a cada uma dessas crises cíclicas ou periódicas.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

A partir da década de 1970, os mecanismos tradicionais de superação das crises não estão mais disponíveis. A destruição de capital não pode ser feita nos moldes do passado, pois isso seria socialmente insustentável. A burguesia teve que encontrar soluções artificiais para garantir que os capitais que não conseguem operar dentro da taxa de lucro vigente continuem sobrevivendo.

Entre essas pseudo-soluções estão o endividamento crescente do Estado, das empresas e dos próprios trabalhadores, a especulação financeira, a produção destrutiva (desperdício de recursos com mercadorias que não

atendem nenhuma necessidade real, como artigos de luxo, etc.), a utilização decrescente das mercadorias, etc. Outro recurso importante para contornar a crise foi a retirada das concessões feitas à classe trabalhadora, por meio das políticas neoliberais. E ainda, a mundialização do capital, com a restauração do capitalismo nos países em que a burguesia havia sido expropriada, a criação de um mercado mundial de força de trabalho, o deslocamento de empresas para países periféricos de salários baixíssimos (o que explica o crescimento de países como China e Índia).

A CRISE DE 2008 EM DIANTE

Entretanto, a artificialidade dessas pseudo-soluções não pode continuar infinitamente. A especulação desenfreada, facilitada pela mundialização e pelas políticas neoliberais, deu origem a massas de capital parasitário (chamadas por Marx de “capital fictício”) que não encontram espaço de valorização na produção de mercadorias e que tentam se valorizar por meio do comércio de papéis que representam o direito a riquezas que jamais chegarão a ser produzidas. Foi a “queima” de parte desse capital, os títulos lastreados em hipotecas “subprime” estadunidenses, quando se percebeu que não representavam valor real, que deu origem à crise financeira.

A crise iniciada em 2008 representa uma nova etapa na crise estrutural do capital, em que as pseudo-soluções para a queda da taxa de lucro deixam também de funcionar. Os bancos e instituições financeiras contabilizavam bilhões de dólares em papéis que na verdade não tinham valor nenhum, e tiveram que ser salvos da falência por trilionários pacotes de ajuda do Estado. Esses pacotes de

salvamento provocaram um salto espetacular no endividamento dos governos, o que por sua vez leva a uma nova fase, em que o enfraquecimento das moedas garantidas por esses governos, como o dólar e o euro. O cenário previsto pelos gestores do capital é de anos de dificuldades, baixo crescimento e “austeridade”, ou seja, mais ataques sobre os trabalhadores.

Para impor a continuidade do seu projeto nesse cenário problemático, a burguesia tem fechado cada vez mais os espaços da própria democracia burguesa. Na Itália e na Grécia os atuais governantes não foram eleitos, mas nomeados diretamente pelos bancos para garantir que os governos sustentem a sobrevivência dos capitais fictícios, o que só pode ser feito por meio de mais e mais queda dos salários, retirada de direitos, rebaixamento das aposentadorias, sucateamento dos serviços públicos, aumento de impostos, etc.

Essa situação levou a um tal grau de insatisfação que um trabalhador grego aposentado, cometeu suicídio. Dimitris Christoulas, de 77 anos, se matou com um tiro na cabeça, no dia 04/04, deixando uma mensagem aos jovens de seu país em que os conclama a pegar em armas para justiça os governantes que entregaram o país. Seu sacrifício motivou mais uma onda de protestos e manifestações de massa, que já se tornaram rotina na Grécia desde 2008. O país balcânico tem sido uma espécie de laboratório de testes de uma nova geração de políticas neoliberais, mas também, um dos centros da luta da classe



trabalhadora em resposta a esses ataques, com heróicas mobilizações de massa.

UMA CRISE SOCIETAL

A crise do capitalismo não é apenas uma crise econômica, medida apenas nos índices das bolsas de valores ou nas estatísticas de desemprego. É uma crise societal, uma crise da humanidade, uma vez que o capitalismo é um modo de produção que teria como função reproduzir a vida humana, mas que na verdade se estrutura para reproduzir o próprio capital, e com isso produz formas de vida cada vez mais desumanizadas: guerras, violência, crime, destruição ambiental, fome, doenças, miséria material e espiritual, decadência cultural, falta de perspectivas, individualismo, alienação e rivalidade entre os seres humanos.

A crise societal afeta a vida em todas as suas dimensões, e coloca para a humanidade a dramática questão de qual o projeto de sociedade a ser construído. Para a burguesia a alternativa é manter o que já está em curso, o projeto neoliberal, pois, do seu ponto de vista, não há alternativa ao capitalismo, e a crise atual é um mero contratempo, que requer apenas pequenos “ajustes” no sistema. Para a classe trabalhadora, a única alternativa é o projeto socialista, que no entanto não está presente na consciência da maior parte dos trabalhadores do mundo, devido ao peso de uma série de derrotas acumuladas ao longo do século XX. O cenário atual é mais dramático pela combinação da crise societal com a crise de alternativa socialista, ou seja, a ausência da consciência, organização e projeto socialista no horizonte dos trabalhadores.

A CRISE DA ALTERNATIVA SOCIALISTA

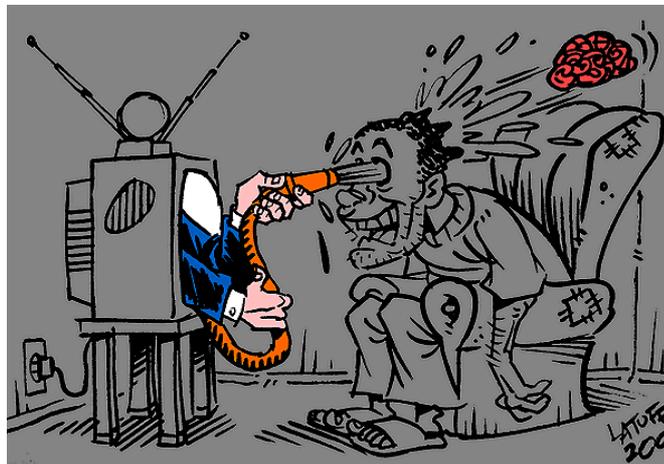
Desde 2011 a classe trabalhadora mundial tem começado a reagir contra a crise, o que se manifesta em importantes processos de luta, como a colossal e multifacetada “Primavera Árabe”, o movimento dos “Indignados”, Ocupar Wall Street, “anonymous”, etc. Esse processo tem um aspecto geracional, pelo fato dos jovens terem cada vez mais dificuldades

para encontrar “um lugar ao sol”, na selva da concorrência capitalista. Emprego, moradia, família, projeto de vida, são realidades distantes dos jovens obrigados a conviver com o subemprego, o trabalho precário, temporário, mal remunerado, estressante e pouco gratificante, a dificuldade de sair da casa dos pais, de concluir um curso universitário ou de ingressar na profissão para a qual estudaram, etc. O capitalismo não é mais capaz de incorporar as novas gerações de trabalhadores nos mesmos padrões da geração dos seus pais, por isso vemos um peso tão grande da juventude trabalhadora nos processos de luta em curso no mundo.

Trata-se de processos embrionários, limitados, que não questionam frontalmente o capitalismo. Entretanto, são os primeiros indícios de que a crise de alternativa pode ser superada, a partir de uma base concreta, que é o movimento da classe em luta. A alternativa socialista precisa ser reconstruída concretamente, nos processos de luta, fazendo com que os trabalhadores avancem na sua organização e na sua consciência, e que se coloquem, no momento seguinte, a questão do poder na sociedade, da expropriação da burguesia e da abolição do trabalho alienado.

LUTAR POR UMA SOCIABILIDADE PARA ALÉM DO CAPITAL

Enquanto a classe trabalhadora não reúne forças materiais e ideológicas para lutar por um projeto socialista, a burguesia segue aplicando as políticas ao seu alcance, que não são capazes de resolver problemas que são estruturais. Por isso, cresce o espaço político dos setores da burguesia que defendem um endurecimento ainda maior contra os trabalhadores, trazendo à tona elementos



de um projeto fascista. Isso é um sintoma da profundidade e da gravidade da crise atual, pois o fascismo foi o recurso extremo da burguesia para enfrentar a maior crise da sua história, na década de 1930, e mergulhou o mundo na barbárie da II Guerra Mundial.

Para garantir a sobrevivência do capitalismo fictício que não consegue se reproduzir por meio da produção de mercadorias, a burguesia precisa retirar as concessões que foram feitas aos trabalhadores e não pode cogitar em novas melhorias. Esse é o sentido das políticas que estão em curso no mundo inteiro, dos países centrais até os periféricos como o Brasil (mesmo que no nosso caso isso aconteça de forma mais disfarçada).

Uma vez que não se trata apenas de uma crise periódica, mas de uma crise estrutural do capitalismo, que força a todas as classes sociais a reelaborar os seus projetos de sociedade, a classe trabalhadora não pode se limitar às atuais organizações e formas de luta. Os sindicatos que se limitam a lutar por questões imediatas, melhores salários e condições de trabalho, não vão conseguir sequer defender as atuais condições de vida, se não conseguirem construir mobilizações e processos de luta massivos para enfrentar os ataques da burguesia. Esses processos de luta, por sua vez, para serem vitoriosos, necessariamente vão se chocar frontalmente com os interesses da burguesia e a própria continuidade da ordem capitalista. É esse o desafio que está colocado para os trabalhadores do mundo inteiro.

ESPAÇO SOCIALISTA é editado bimestralmente e está sob responsabilidade da coordenação do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

www.espacosocialista.org

email: espacosocialista@hotmail.com